

AS REVOLUÇÕES INGLESAS: A REVOLUÇÃO GLORIOSA E O FIM DO ABSOLUTISMO INGLÊS

META

Narrar e interpretar momentos fundamentais das revoluções experimentadas pela Inglaterra no século XVII.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

reconhecer o contexto que propiciou a eclosão de revoluções na Inglaterra, identificando os seus aspectos centrais, líderes e desdobramentos;

Identificar as principais mudanças ocorridas na Inglaterra no período das revoluções;

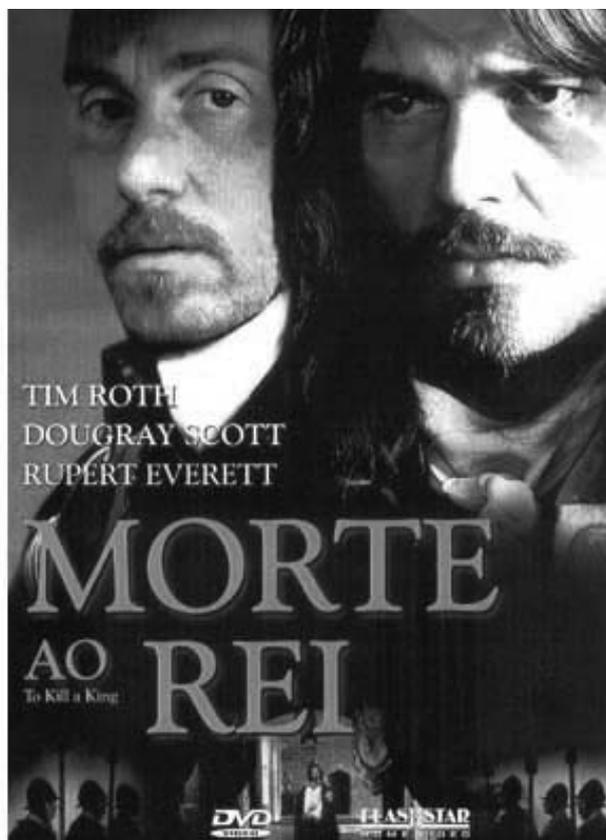
descrever as principais transformações na vida inglesa trazidas pela Ditadura Puritana;

apreender os desdobramentos políticos da Revolução Gloriosa.

PRÉ-REQUISITOS

Leituras sobre o absolutismo. Noções da formação dos Estados Nacionais.

Capa do DVD do filme Morte ao rei, dirigido por Mike Barker, que trata da deposição do Rei Carlos I pelos puritanos, na Inglaterra, em 1645, no curso da Revolução Puritana. A película destaca a disputa pelo rumo do processo revolucionário ocorrida entre Lorde General Thomas Fairfax (membro da aristocracia que buscava uma reforma moderada) e o General Oliver Cromwell (que exigia a execução do Rei).
(Fonte: <http://www.submarino.com.br>)



INTRODUÇÃO

A sintonia entre o Parlamento inglês e seus soberanos é, ainda hoje, fundamental para a vida britânica. No século XVII, a situação não era, neste aspecto, muito diferente. A harmonia obtida por **Elizabeth I**, a Rainha Virgem, promoveu avanços importantes para a Inglaterra. Com Elizabeth, o reino havia dominado os mares, derrotado a Invencível Armada de Felipe II, em 1588. Mas apesar de todo o seu vigor, como tudo o que é humano, Elizabeth pereceu, deixando seu reino sem recursos e, pior, sem um herdeiro natural. A rainha não tivera filhos.



Elizabeth

A morte da rainha gerou problemas. A ausência de herdeiros elevou **Jaime I** a novo rei da Inglaterra. Lembremos que Elizabeth era representante da dinastia Tudor, enquanto o novo soberano era um Stuart.

Jaime I acompanhava as propostas do Absolutismo do tipo francês. O seu governo não foi tranquilo. Em 1605, ele enfrentou a **Conspiração da Pólvora**. Após prender e executar os conspiradores, tentou estabelecer um exército permanente. Em pouco tempo entrou em atrito com o Parlamento. A relação entre o rei e o Parlamento era delicada, um tanto nervosa. Conforme a legislação britânica, não era possível ao rei estabelecer impostos sem prévia consulta aos parlamentares. Em 1614, por exemplo, ele aumentou os impostos sem consultar os parlamentares. Após protestos do Parlamento, Jaime I simplesmente dissolveu o órgão, fechou suas portas por sete anos.



Jaime I

Mas Jaime não possuía um exército tão amplo, profissional e permanente como os seus pares franceses. Por isto, talvez sem perceber, o soberano inglês entrava em uma situação contraditória. Por um lado, seu reino se valia de uma política tipicamente mercantilista para captar recursos, mas, por outro, não estava disposto a compartilhar poder com a burguesia manufatureira. Isto, claro, gerava descontentamentos.

Mas, além dos problemas na esfera econômica, os acontecimentos que desembocam na chamada Revolução Inglesa estão fortemente relacionados a questões religiosas.

O anglicanismo era a religião oficial na Inglaterra desde os dias de Henrique VIII (veja a nossa aula sobre a Reforma Protestante). Os católicos eram uma minoria na Inglaterra, possuindo um papel social e político menor frente a grupos anglicanos. O maior problema, porém, parecia não vir destes grupos.

A monarquia absolutista enxergava inimigos nos calvinistas, pois estes se opunham à ordem real via suas pregações. E na Inglaterra se estabeleceu a corrente mais radical do calvinismo, o puritanismo.

Os puritanos (artesãos, donos de oficinas, pequenos e médios proprietários, comerciantes) rechaçavam o anglicanismo e a hierarquia clerical. A austeridade dos puritanos, assim como a sua valorização da poupança individual, foram características que atraíram os burgueses. Reflexo disto foi a inserção significativa de calvinistas moderados no Parlamento inglês.



Carlos I.
(Fonte: <http://www.portalartes.com.br>).

Em 1625, Jaime I morreu e foi sucedido por seu filho, Carlos I. Este procurou profissionalizar o exército, torná-lo permanente. Entrou em guerra com a França, ao lado dos protestantes franceses. Os frutos da guerra não foram positivos e o monarca se viu envolto em choques com o Parlamento. Acabou ordenando o fechamento da instituição em 1625 e 1626, numa clara demonstração da sua perspectiva absolutista. Além disto,

Carlos reiniciou a perseguição aos puritanos.

Em 1628, o monarca convocou novo Parlamento. Pretendia aumentar impostos com o aval do órgão. Porém, os parlamentares apresentaram a condição de que, para aceitar a solicitação, o rei deveria assinar a Bill Rights, a Declaração de Direitos. Tratava-se de um documento que limitava os poderes absolutistas do monarca. Após este episódio, o rei passou mais de uma década sem convocar o Parlamento e, sem consultá-lo, ampliando os impostos. Intensificou também as perseguições aos puritanos, provocando a saída de muitos deles em direção à América do Norte.

Como se não bastasse tudo isto, Carlos levou adiante a tentativa de subjugar os escoceses ao anglicanismo. Deste modo, acendeu o estopim para uma guerra civil.

Em 1637, Carlos I substituiu o culto protestante dos escoceses, presbiteriano, pelo anglicanismo. Não demorou até a população se levantar contra tal determinação, revoltando-se de tal maneira que invadiu a própria Inglaterra.

Carlos precisava reforçar seu exército e se viu obrigado ao Parlamento novamente. Como os deputados questionaram suas tendências absolutistas, logo viram aquele que ficou conhecido como Short Parliament (Parlamento Curto). O monarca dissolveu a instituição.

Anos depois, em 1640, houve nova convocação parlamentar. E os escoceses continuavam a ser uma ameaça. A ocasião se mostrou propícia para os ataques dos deputados. Os políticos calvinistas, partidários do Absolutismo, acusavam ministros de Carlos de traição.

A tensa situação gerou uma nova afirmação da Bill Rights, de modo a tentar impedir que o rei dissolvesse o Parlamento mais uma vez. De maneira previsível, Carlos I não respeitou o escrito e ordenou o fechamento do órgão. Mas, desta vez, as coisas tiveram outro rumo. Os deputados não aceitaram a ordem e se recusaram a deixar a Câmara dos Comuns. Não por acaso, este ficou conhecido como *Long Parliament* (Parlamento Longo). Irritado com a resistência, o próprio rei invadiu o Parlamento, visando encerrar em seus calabouços os políticos revoltosos. O resultado não poderia ser pior:

Conspiração da Pólvora

Compreendeu uma tentativa de católicos ingleses em, num só ataque, matar o rei Jaime I da Inglaterra, sua família e membros importantes da aristocracia protestante. A idéia era explodir, com trinta e seis barris de pólvora, o Parlamento inglês no momento em que se realizasse a solenidade de abertura de trabalhos, ocasião que contaria com a presença do soberano, familiares e de todos os membros daquela instituição. Guy Fawkes, por ser especialista em explosivos, foi escolhido para detoná-los. Porém, após denúncia, Fawkes foi surpreendido nos porões do Parlamento e preso. Torturado, confessou o plano e delatou os parceiros. Acabou morto. Há diversas referências a este episódio em um sucesso recente de bilheteria: o filme *V de Vingança* (EUA, 2006).

a população se revoltou contra o monarca, apoiou o Parlamento e obrigou o rei a fugir de Londres, em 1642.

A alta nobreza correu em socorro do rei, organizando, através do Exército dos Cavaleiros, forças militares para apoiá-lo. Em contrapartida, o Parlamento arregimentou os revoltosos, conhecidos como “Roundhead” (cabeças redondas) e sob a liderança de um puritano, vindo da pequena nobreza, chamado Oliver Cromwell (1599-1658), promoveu uma campanha que concebia a guerra como uma cruzada santa, uma luta religiosa contra o rei e os demais membros da alta nobreza.

Como se não bastassem os problemas com os escoceses e em seu próprio território, Carlos I viu-se enfrentando dificuldades com a Irlanda católica, país que também se revoltou contra ele.

Após ser derrotado na **batalha de Naseby**, Carlos I procurou refúgio na Escócia. Fındou capturado e entregue pelos escoceses ao Parlamento inglês. Nas mãos de Oliver Cromwell e de um Parlamento de maioria puritana, constituído após um golpe de Estado liderado pelo próprio Cromwell, Carlos foi condenado à morte em 1649. A partir daí, estabeleceu-se uma república na Inglaterra, sendo Cromwell seu líder.



Oliver Cromwell



Batalha de Naseby.

(Fonte: <http://media-2.web.britannica.com>).

A REPÚBLICA E CROMWELL, O “LORDE PROTETOR” DA INGLATERRA

Na prática, o governo de Cromwell foi muito parecido com o de um clássico governante absolutista. Rebeliões foram sufocadas impiedosamente, sendo a violência utilizada contra católicos irlandeses e contra os escoceses, com ambições separatistas. Além disto, ele agiu sobre a esfera da vida cotidiana, proibindo tudo o que fosse considerado costume mundano, como os bailes, por exemplo. Desde o teatro até todos os tipos de jogos, e até mesmo rir em voz alta, foram proibidos.

Porém, é importante observar que Cromwell não foi um absolutista.

Ele recusou a coroa, além de identificar-se muito mais com os valores da burguesia urbana e com camadas médias do campo, em lugar de promover uma aproximação com a aristocracia.

O novo governante, que se proclamou Lorde Protetor da Comunidade Britânica, dividiu a Inglaterra em 12 províncias, estabelecendo um administrador militar para cada uma delas.

Buscando manter o poderio britânico nos mares, Cromwell estabeleceu os Atos de Navegação. Por meio destes documentos, a Inglaterra aprofundava suas relações mercantis e desenvolvia sua frota naval, ao mesmo tempo em que lançava um expediente claramente nacionalista. Afinal de contas, pelos Atos qualquer transporte de mercadorias para a Inglaterra deveria ser feito unicamente por navios ingleses ou por embarcações dos países de origem do produto.

No plano das relações internacionais, um dos desdobramentos iniciais dos Atos de Navegação foi a guerra contra a Holanda. Os holandeses obtinham lucros com os negócios marítimos na Inglaterra e a medida de Cromwell não os agradou em nada. Em 1654, os ingleses venceram o conflito. Iniciava-se, então, o período conhecido como “Ditadura Puritana”. Nele, Cromwell atingiu o auge do seu poder.

Após a morte de Cromwell, em 1658, Ricardo, seu filho, foi indicado sucessor, mas, sem condições para governar, abriu mão do cargo. Após disputadas internas, a solução encontrada, em 1660, foi a recondução de um monarca ao poder. Assim, Carlos II, filho de Carlos I que havia sido executado por determinação de Cromwell, foi levado ao trono inglês.

Carlos II, como o pai, imprimiu uma marca absolutista ao seu governo. Sua relação com o Parlamento caracterizou-se por uma desconfiança frequente. Simpático ao catolicismo, tinha no irmão Jaime II o sucessor. Jaime, aliás, já havia assumido publicamente a fé católica. Evidentemente, após tantos confrontos motivados por questões religiosas, o Parlamento não via com bons olhos a perspectiva de um rei católico.

Quando Jaime II assumiu o trono, os problemas continuaram e as possibilidades de novos conflitos armados no país preocupavam diversos grupos sociais. O seu empenho em estabelecer um exército permanente, bem como a tentativa de estabelecer a tolerância religiosa, desagradava aos políticos, comerciantes e mesmo aos populares ingleses. Lembremos que, desde Henrique VIII, a Inglaterra não aprovava o catolicismo. A esperança de que uma das filhas protestantes do soberano assumisse o poder caiu por terra quando Jaime II teve um filho, James Francis Edward Stuart, o que indicava a perpetuação do catolicismo no poder.

A alternativa encontrada pela burguesia, receosa de uma rebelião popular, foi entrar em contato com Guilherme de Orange, soberano da Holanda, casado com Maria II, uma das filhas protestantes de Jaime II. Eles propuseram a Orange tomar o trono inglês.

Guilherme aceitou a proposta e desembarcou com suas tropas em Brixham,

na Inglaterra, em 1688. Jaime II tentou resistir, mas nem seu próprio exército o queria no poder. O soberano inglês viu-se obrigado a fugir para a França (mantinha relações amistosas com Luís XIV, outra postura que incomodava aos ingleses). A fuga foi considerada pelo Parlamento como ato de abdicação.

Após a fuga de Jaime II, Guilherme de Orange (chamado pelo Parlamento Guilherme III) e sua mulher foram considerados os novos soberanos ingleses. O Parlamento, buscando evitar novo avanço da sombra absolutista, estabeleceu o segundo *Bill of Rights* (Declaração de Direitos), em 1689. Este documento ajuda a marcar uma mudança importante na história política britânica, pois através dele ficava estabelecido que o governo não ficava mais a cargo do rei. Gradativamente, o Parlamento retirou da realeza seus poderes, concentrando na Câmara dos Comuns as atividades governamentais. A Revolução Gloriosa se consolidava. Com ela, demarcava-se a preponderância do poder do Parlamento sobre a monarquia. Os novos tempos derrubariam as restrições mercantilistas absolutistas e propiciariam progresso à burguesia industrial e manufatureira.



RESUMO

As revoluções inglesas do século XVII demarcam a ascensão do Parlamento sobre o rei britânico. Elas são também um claro sinal de questionamento aos princípios absolutistas e de afirmação do anglicanismo sobre quaisquer outras doutrinas religiosas. A experiência de governo de Oliver Cromwell, embora tenha deixado marcas na forma intolerante de policiar a vida da população e de coibir uma série de atividades sociais, propiciou avanços consideráveis ao mercado nacional britânico. A publicação dos Atos de Navegação, estratégia tipicamente mercantilista, serviu para proteger momentaneamente a fragilizada economia inglesa. Apesar disto, ele foi duramente criticado por negociantes estrangeiros com negócios em mares ingleses e por setores da burguesia que não pretendiam manter a intervenção estatal em seus negócios.



ATIVIDADES

1. Medidas adotadas pelo Parlamento inglês ajudaram a definir as características da monarquia inglesa e a afastar o país de uma perspectiva absolutista. Escreva como isto se deu, indicando documentos e momentos fundamentais.

COMENTÁRIOS SOBRE AS ATIVIDADES

As diferentes estratégias do Parlamento inglês no decorrer do século XVII ajudaram a reduzir o poder dos reis, transformando-os em figuras de pouca intervenção na política e na economia. Através de documentos como o Bill of Rights, o Parlamento assegurava maior liberdade para os negócios e garantia a necessidade de soberanos anglicanos. Além disto, evitava-se a concentração de poderes nas mãos dos monarcas, algo que havia se mostrado desastroso, pelo menos desde a morte de Elizabeth.

AUTOAVALIAÇÃO

Nesta atividade o aluno deverá praticar a elaboração de sínteses sobre o conteúdo da aula. É importante atentar para o fato de que, ao pensarmos as funções do Parlamento inglês, devemos colocar em perspectiva o nosso próprio Parlamento. Isto é, devemos aproveitar estas observações sobre a importância de uma casa como esta para a reflexão sobre como é visto hoje a mesma instituição no Brasil.



FILMOGRAFIA INDICADA

HUGHES, Ken. *Cromwell*. Inglaterra, 1970. 145 min. Sinopse: A Inglaterra está à beira da guerra civil. O Parlamento em conflito e a morte do rei abrem as possibilidades para uma guerra pelo poder. Em meio ao caos da guerra civil, um homem tentará restabelecer ordem à sociedade e propagar a sua fé. Seu nome, Oliver Cromwell (Richard Harris). Observações: O filme narra um momento tumultuado da vida da Inglaterra no século XVII. O país enfrenta uma crise financeira, além de tensões crescentes no campo religioso e na política. Pode ser utilizado para apresentar representações sobre a forte sintonia entre política, economia e religião na Inglaterra seiscentista. Deve-se atentar para a representação de Cromwell como um reformador da política e da sociedade. Esta leitura atribuída ao personagem merece ser discutida em classe.



Capa do DVD do filme *Cromwell*. Fonte: <http://m3.photobucket.com>.

REFERÊNCIAS

- BERUTTI, Flávio, FARIA, Ricardo, MARQUES, Adhemar. Conceito de modernidade. In: História Moderna através de textos. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2003 (Coleção textos e documentos, 3).p.9-21
- FALCON, Francisco José Calazans, RODRIGUES, Antônio Edmilson M. Tempos Modernos: ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson M. As revoluções burguesas. In: FERREIRA, J., REIS FILHO, D., ZENHA, C. (Orgs.). O século XX: o tempo das certezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000.p.77-150
- McEVEDY, Colin. Atlas de História Moderna (até 1815). Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- REZENDE, Cyro. História Econômica Geral. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.